COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 733, DE 2017

Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Autor: Deputado ORLANDO SILVA

Relatora: Deputada PROFESSORA
MARCIVANIA

I – RELATÓRIO

O projeto de Decreto Legislativo em análise, de autoria do nobre Deputado Orlando Silva, visa sustar a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância.

A proposição, cujo regime é de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD), é sujeita à apreciação do Plenário.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a garantia de padrão de qualidade, entre os princípios a partir dos quais o ensino deve ser ministrado (art. 3º, IX).

Também o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê como diretriz, a melhoria da qualidade da educação (art. 2º, IV).

O regulamento em análise, parece-nos desconsiderar esse princípio da LDB e essa diretriz do PNE.

Houve um afrouxamento - sem a devida atenção para critérios alinhados com o princípio e a diretriz mencionados -, das normas que deveriam assegurar uma oferta com um mínimo de qualidade.

A Portaria nº11/2017 permite que as Instituições de Educação Superior (IES) possam ofertar cursos por educação a distância (EAD), mesmo sem ter credenciamento para ministrar cursos presenciais na área. Ademais, passa a não ser mais necessária a aprovação prévia do Ministério da Educação (MEC) para a abertura de polos da EAD.

Essa situação leva ao descontrole na criação de cursos, sobretudo na área da Saúde – assunto que tem sido recorrente na Comissão de Educação e tem gerado a perplexidade de parlamentares de diferentes partidos.

Diante do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2017.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 2018.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
Relatora